

15



SEREJO & BRAÚNA
ADVOCADOS ASSOCIADOS

da pena. É lógico que num homicídio, por exemplo, a consequência natural é a morte de alguém e, em decorrência disso, uma pessoa pode ficar viúva ou órfã. Diferentemente, um indivíduo que assassina a esposa na frente dos filhos menores, causando-lhes um trauma sem precedentes, precisa ser mais severamente apenado, pois trata-se de uma consequência não natural do delito".²⁴

Assim como ocorre na *culpabilidade*, para ensejar a desvalorização da circunstância *consequências do crime*, estas "devem ir além daquelas inerentes ao próprio tipo penal" (segunda parte da jurisprudência acima transcrita), não ocorrido *in casu*.

De outra banda, deve ser valorada favoravelmente ao réu a circunstância judicial *comportamento da vítima*, uma vez restado demonstrando que [REDACTED] iniciou a confusão quando, sem qualquer razão, deu início à encenação de agressão que levou [REDACTED] a tentar tapar a boca, conforme já tantas vezes discorrido nesta petição.

Finalizando, em caso de desclassificação do crime de lesão corporal leve dolosa para culposa, as circunstâncias judiciais não deverão ser valoradas.

9. O DOS PEDIDOS

Ício exposto, pugna o réu [REDACTED] a Vossa Excelência, pela sua **ABSOLUÇÃO** do crime **LESÃO CORPORAL LEVE**, com fulcro no artigo 386, inciso III²⁵, do CPP, uma vez que o réu não agiu com dolo, nem com culpa. Se não for esse o entendimento de

²⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. Individualização da pena. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 189.

²⁵ III - não constituir o fato infração penal;

98 3227-7697
Rua dos Acaçus, Quadra-0, Casa n. 33, Bairro Renascença I,
São Luís-MA, CEP: 65075-020 | sbrauno@igmail.com | armandoserejoadv@gmail.com
@serejobrauna | serejo e brauna